

Onde está a qualidade da educação superior? um debate sobre a racionalidade técnica e a organização do trabalho pedagógico das empresas educacionais

Helio Fabeliano Lobato Cunha; Vinicius Pinto Corrêa

Resumo: Este estudo abordou em que medida a qualidade da educação superior é estabelecida pelas empresas de educação superior, não obstante o deslocamento do foco para a capacidade competitiva das organizações e produção de mais-valia. Como objetivo geral, foi estabelecido analisar o conceito de qualidade da educação superior na perspectiva da expansão dos mercados educacionais, e objetivos específicos, identificar o que significa racionalidade técnica para a educação superior, verificar como ocorre a organização do trabalho pedagógico nas empresas educacionais e determinar se as empresas educacionais consideram o valor de mercado na constituição de seus projetos pedagógicos. Os objetivos apresentados põem em extremos teóricos antagônicos as funções da educação, se pretende cumprir sua função de socialização do conhecimento produzido e acumulado pela humanidade ou expropriar conhecimento, saber e trabalho na produção de mais-valia. A metodologia utilizada baseou-se na abordagem qualitativa e para coleta de dados um questionário com questões desenvolvidas no padrão Likert. O maior atributo educacional é a possibilidade de pensar e repensar processos e não de reproduzir ideias. A única forma de contemplar os acionistas das empresas educacionais é procurar estratégias que possam garantir retorno líquido do capital, por meio dos projetos pedagógicos dos cursos superiores.

Palavras-chave: Educação; Racionalidade técnica; Empresas educacionais.

Abstract: *This study addressed the extent to which the quality of higher education is established by business organizations of higher education, despite the shift of focus to the competitive capacity of the organizations and the production of surplus value. As a general objective, was established to analyze the concept of quality of higher education in the perspective of expanding educational markets, and specific objectives, identify what technical rationality means for higher education, check as the Organization of pedagogical work in educational companies and determine whether educational companies consider the market value in the Constitution of their pedagogical projects. The goals presented are theoretical extremes antagonistic functions of education, intends to fulfill its function of socialization of knowledge produced and accumulated by humankind or expropriate knowledge, learn and work in the production of surplus value. The methodology was based on a qualitative approach to data collection and a questionnaire with Likert pattern developed issues. The largest educational attribute is the ability to think and rethink processes and not to reproduce ideas. The only way to contemplate the shareholders of the companies is to seek educational strategies that can ensure liquid capital return, through the educational projects of the upper courses.*

Keywords: Education; Technical rationality; Educational enterprises

Introdução

O presente estudo foi desenvolvido a partir do tema “Onde está a qualidade da educação superior? Um debate sobre a racionalidade técnica e a organização do trabalho pedagógico das empresas educacionais”, e permitiu a interpretação do avanço no mercado acionário do setor educacional estabelecido na perspectiva real de lucros e dividendos.

Na frente desse processo, as empresas educacionais insistem que há espaço para garantir qualidade ao processo educativo, na medida em que expandem seus mercados educacionais com a abrangência de outros negócios com a oferta de produtos e serviços indiretamente ligados à educação.

Com o foco voltado para os serviços educacionais, a investigação procurou alcançar o seguinte objetivo geral: analisar o conceito de qualidade da educação superior na perspectiva da expansão dos mercados educacionais, e específicos - identificar o que significa racionalidade técnica para a educação superior, verificar como ocorre a organização do trabalho pedagógico nas empresas educacionais e determinar se as empresas educacionais consideram o valor de mercado na constituição de seus projetos pedagógicos.

O estabelecimento dos objetivos desta pesquisa é uma etapa indicativa sobre o que o pesquisador tem em vista alcançar com seu planejamento. Além disso, os objetivos permitem construir os instrumentos de pesquisa que definem o alcance da pesquisa sem a interferência de temáticas correlatas que podem adentrar o universo de pesquisa sem a devida precaução metodológica.

No entanto, qualquer debate sobre o assunto precisa do respaldo teórico e de questões de pesquisa: Como os gestores de serviços educacionais esperam fornecer qualidade ao processo educacional sem recorrer às regras dos mercados educacionais? Por que a racionalidade técnica do trabalho é forma com a qual se obtém a qualidade da educação? O que significa qualidade da educação superior?

A justificativa para a realização deste estudo representa o debate entre a qualidade da educação e as amplas propriedades teórico-pedagógicas do processo educacional. Com uma experiência centrada na docência para a formação técnica e profissional e na docência para o magistério superior em instituições públicas e privadas, percebe-se que a docência é uma atividade que implica na aplicação de técnicas pedagógicas. Essas técnicas devem estar adequadas aos diversos contextos sociais da sociedade. Considerando que as experiências educacionais ocorrem fora da escola, as atividades pedagógicas nelas empreendidas acirram a discussão sobre o papel social da educação e sua qualidade educacional, situações que, ainda, residem na habilidade do professor em organizar o trabalho pedagógico em conjunto com uma equipe pedagógica. Quem está na linha de frente da educação é o processo pedagógico cuja gestão pertence ao professor.

Nesse sentido, a relevância para o desenvolvimento da pesquisa está relacionada a forma como são envolvidas as áreas do conhecimento. Se, por um lado, faz sentido que se promova a expansão da educação, por outro lado, não pode ser uma ação que vise lucro, somente, mas

que permita garantir processos educacionais que garantam as condições necessárias para uma educação de qualidade que está centrada na formação docente.

Com a finalidade de possibilitar uma leitura organizada dos tópicos deste estudo, a pesquisa foi estruturada em partes específicas na busca por uma discussão contemporânea que precisa ser desenvolvida com um foco nos distintos caminhos que percorre a educação superior. Na primeira parte, verificou-se a necessidade de discutir a regulação da Educação Superior, sua constituição legal e a qualidade advinda desse tipo de ação governamental. Em seguida, percebeu-se que deveria haver um debate sobre a educação sob a perspectiva da racionalidade técnica do trabalho pedagógico. Com a finalidade de consolidar a questão, apresentou-se a EaD e sua perspectiva de racionalização do trabalho no âmbito da Educação Superior. Os procedimentos metodológicos foram apresentados para mostrar ao leitor o caminho utilizado para fundamentar a pesquisa, bem como os instrumentos de coleta de dados. A conclusão estabeleceu como as questões de estudo foram respondidas, se os objetivos foram alcançados, ou não, bem como os resultados apreendidos.

Regulação e Supervisão da Educação Superior

Segundo Brasil (2013), a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), órgão do Ministério da Educação, é a unidade responsável por garantir que a legislação educacional seja cumprida para garantir a qualidade dos cursos superiores do País.

Para medir a qualidade dos cursos de graduação no país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC) utilizam o ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC), divulgado uma vez por ano, logo após a publicação dos resultados do ENADE. O IGC usa como base uma média dos conceitos de curso de graduação da instituição, ponderada a partir do número de matrículas, mais notas de pós-graduação de cada instituição de ensino superior.

Apesar de ser um órgão federal e possuidor de prerrogativas legais, sua atuação é direcionada ao cumprimento da legislação educacional. Por se tratar de uma Secretaria vinculada ao MEC, as ações empreendidas tem valor legal e se revestem do poder de império do Estado. De fato, ao longo dos anos, os resultados apurados apontam instituições privadas que não cumprem seu papel institucional e, ainda, mantém a concentração de capital como meta na regra de negócio.

A realidade da lógica do capital

Segundo Neto et al. (2007, p. 54), historicamente os sistemas de educação superior têm se voltado mais para a produção, transferência e propagação do conhecimento. O objetivo é oferecer às sociedades o suporte necessário para o controle do conhecimento avançado, pertinente a cada época. Para isso, exerce significativo papel o capital humano formado pelas instituições de ensino superior, uma vez que aquele atua como fator essencial para o crescimento e para o desenvolvimento da capacidade competitiva dos países que buscam sua inserção na economia mundializada.

Não obstante o foco na capacidade competitiva, Oliveira; Moraes e Dourado (2013) estabelecem que os objetivos da organização educacional e da organização empresarial não foram apenas diferentes, mas, sobretudo, antagônicos. Assim, na medida em que a educação objetiva o cumprimento de sua função de socialização do conhecimento produzido e acumulado pela humanidade, à empresa visa à expropriação desse saber na produção de mais-valia.

De fato, a ampliação do capital necessita da racionalização do trabalho e de centralização administrativa. Nesse sentido, Brito (2008, p. 206) destaca que a administração da educação começou a ser integrada a racionalidade da gestão de uma empresa de forma a estabelecer critérios que visavam aproximar a gestão da educação à gestão do capital, tais como: operabilidade, segurança, durabilidade, oferta de serviços e outros, que podem ser elencados como atributos de “qualidade”, para tornar-se um bem ou serviço plenamente adequado ao uso para o qual foi concebido.

Certamente, os atributos de qualidade que necessários para evidenciar o processo de gestão foram abordados por Monteiro & Zanelli *apud* Colossi, Silveira e Sousa (1998) que identificam o conceito de qualidade como uma nova definição, proposta pela administração empresarial. De fato, a qualidade dos serviços passou a ser o único atributo capaz de possibilitar às organizações sobreviverem às incertezas apontadas no cenário econômico mundial, a partir da década de 1980.

Contudo, já estava em curso o debate sobre a lei da educação que seria concebida com a intenção de manter a lógica capitalista distante do texto legal. Exatamente por ter um viés liberal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) passaria a ser o caminho para buscar objetivos e propostas para a educação superior, na perspectiva da equação econômica que sustentasse uma qualidade centrada nos serviços.

Britto *et al.*, (2008, p. 780) estabeleceu que, apesar dos esforços empresariais na direção de conceituar a qualidade da educação, esta não pode prescindir de um procedimento de regulação e supervisão, porque sua operabilidade possui estreita relação com a atuação docente em sala de aula. De fato, o mantra da qualidade dos serviços é reproduzido em uma formação em nível superior que concentra esforços na convivência do professor com os objetos intelectuais da cultura hegemônica capitalista. Para entender o sentido lógico da qualidade dos serviços, será abordada a racionalidade técnica do sistema.

O sentido educativo da racionalidade técnica

A definição da racionalidade técnica pela cultura hegemônica é abordada por Gontijo (2013) que indica serem as instituições de educação superior privadas, geralmente localizadas nas periferias das grandes cidades. Por estarem situadas em ambientes economicamente sociais, organizam-se, pedagogicamente, a partir da adoção de “pacotes educacionais” que foram adotados com livros-texto, planos de ensino pré-estruturados, exercícios e provas padronizados ou mesmo elaboradas pelo professor, porém validados por especialistas. Isso posto como uma possibilidade de melhoria da qualidade do trabalho pedagógico.

E é no aspecto pedagógico que encontramos respostas aos limites impostos pela regulação à educação superior. Nesse sentido, “a universidade é o cenário ideal para esse investimento, uma vez que ela é responsável por formar profissionais, disseminar saberes, além de ser um lugar privilegiado para conhecer a cultura universal e as várias ciências, para criar e divulgar o saber (...). Deve ter ampla autonomia para cumprir as suas finalidades, garantindo o pluralismo de idéias e a liberdade de pensamento”. (WANDERLEY, 2003, p.11).

Por outro lado, é necessário pensar que o aumento da produtividade de uma organização humana, deve agregar o máximo valor (máxima satisfação das necessidades dos clientes) ao menor custo. Não basta aumentar a quantidade produzida, é necessário que o produto tenha valor, que atenda às necessidades dos clientes. Quanto maior a produtividade de uma empresa, mas útil ela será para a sociedade, porque atende as necessidades a um baixo custo. O lucro decorrente é um prêmio que a sociedade paga pelo bom serviço prestado e um sinal de que deve crescer e continuar a servir bem. (CAMPOS, 1992, p.3)

Com uma conceituação objetiva de serviços prestados, a produtividade está diretamente ligada à satisfação das necessidades do cliente, desde que seja realizada com o menor custo. Nada adianta a empresa ter alta produtividade se o produto não atende mais as necessidades do cliente. Nada adianta uma educação onerosa e distante da realidade econômica.

Por isso, conforme Barbalho (2006) *apud* Neto *et al.* (2007, p. 81), é preciso que o sistema de educação superior e o Estado modifiquem e/ou estabeleçam novas relações, tendo em vista superar a predominância da lógica do mercado. Nessa óptica, o sistema de educação superior deve transformar-se com a finalidade de enfrentar os desafios do contexto global, na mesma medida em que desenvolve políticas que atendam as diversas características de um sistema pleno de interfaces sociais. Por certo, essas interfaces só poderiam ser alcançadas com o uso da Educação a Distância e a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação.

Algumas concepções de EaD

Segundo Pasqualini *et al.* (2013), a competitividade, por sua vez, representa possuir tecnologia superior, custos menores, maior produtividade que os concorrentes e o que hoje em dia está garantindo a sobrevivência das empresas, ou seja, o rápido aprendizado. As vantagens de custo oscilam com os mercados, a tecnologia encontra-se em constante mudança e a organização que aprende rapidamente poderá administrar melhor essas mudanças. Por isso, não se trata de garantir a sobrevivência da empresa sem manter em seus quadros uma equipe que saiba montar e operar um sistema. Trata-se da possibilidade real de ter pessoal com *expertise* que projete um produto que conquiste a preferência do consumidor a um custo inferior ao de seu concorrente.

Foi exatamente para se conseguir a sobrevivência das empresas que as mesmas começaram a implantar um sistema de Gestão da Qualidade. Assim, para Moller (1993, p. 17), “O futuro de uma empresa ou organização depende dela conseguir satisfazer os requisitos de qualidade do mundo exterior. Ela precisa produzir e entregar bens e serviços que satisfaçam às exigências e expectativas de clientes e usuários”. Assim é construída a EaD.

Segundo Gonzalez (2005) *apud* Borba, Malheiros e Zulatto (2007), a EaD proporciona a separação entre professor e aluno espaço e/ou tempo; o controle do aprendizado realizado com maior intensidade pelo aluno; e a comunicação mediada por documentos impressos ou alguma forma de tecnologia foram as características principais dessa modalidade de ensino tecnicamente viável.

Dessa forma, a racionalidade técnica, aqui entendida na perspectiva da comunicação assíncrona e síncrona, apresenta-se como a forma adequada para oferecer serviços que possibilitem os rendimentos das empresas educacionais. Nesse sentido, Moran (2002, p.1) afirma que “a educação a distância pode ter ou não momentos presenciais, mas acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e/ou no tempo, mas podendo estar junto através de tecnologia de comunicação”.

Portanto, o foco não está na quantidade de horas presenciais, mas na possibilidade de interação a distância entre os atores do processo, mediante a tecnologia. Aproximar pessoas geograficamente distantes, possivelmente abrindo espaço à troca entre culturas diferentes, é o fator central que define essa modalidade de ensino.

Para entender o modelo proposto, é necessário que seja utilizado o meio tecnológico para viabilizar a comunicação. Estes foram comumente denominados Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e se constituem de um cenário no qual, dependendo dos recursos existentes, o ensino e a aprendizagem podem ocorrer de maneira qualitativamente diferenciada. Ao se utilizar, por exemplo, um AVA que dispõe de recursos como áudio e vídeo, as possibilidades foram diferentes daqueles nos quais a interação ocorre apenas pela escrita, por meio de um *chat*.

Organização do Trabalho Pedagógico

Para Silva e De Sordi (2013), a Organização do Trabalho Pedagógico, trabalho efetivo desenvolvido na escola, no interior da sala de aula e as ideias e ações que permeiam o projeto político-pedagógico, apontam caminhos para conhecer a questão no Ensino Superior, no sentido de propor uma compreensão da realidade a partir da verificação de três cursos de formação de professores, bem como no sentido de refletir sobre a gestão da escola básica, a partir dos espaços de formação docente. Assim, consideramos o Trabalho enquanto condição de produção do conhecimento; a Educação - enquanto práxis transformadora do sujeito; o Conhecimento - enquanto libertador do homem e possibilidade de superação do real.

Freire (2002, p. 25) afirma que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. É neste contexto que a docência universitária deve se pautar. E neste caso, cabe ao professor considerar os saberes dos alunos, sejam aqueles da experiência profissional ou da vivência cotidiana.

Desta forma, o professor universitário precisa ser um profissional reflexivo, com competência pedagógica, aberto ao diálogo para novos conhecimentos e um pesquisador permanente com formação continuada. Conforme Altet (2001, p. 26), “o professor é um profissional da

aprendizagem, da gestão de condições de aprendizagem e da regulação interativa em sala de aula”.

A aprendizagem universitária está associada ao aprender a pensar e ao aprender a aprender. O ensino universitário precisa hoje ajudar o aluno a desenvolver habilidades de pensamento e identificar procedimentos necessários para apreender. A metodologia de ensino, na verdade, não são as técnicas de ensino, o uso do vídeo, do trabalho em grupo, da aula expositiva. Metodologia é como você ajuda seu aluno a pensar com os instrumentos conceituais e os processos de investigação da ciência que você ensina. (LIBÂNEO, 2000, p. 8).

O aperfeiçoamento da docência universitária exige, pois, uma integração de saberes complementares. Diante de novos desafios da docência, o domínio restrito de uma área científica do conhecimento não é suficiente. O professor deve também desenvolver um saber pedagógico e um saber político. Este possibilita ao docente, pela ação educativa, a construção de consciência numa sociedade globalizada, complexa e contraditória. Conscientes, discentes e docentes fazem-se sujeitos da educação. O saber-fazer pedagógico por sua vez, possibilita ao educando a apreensão e a contextualização do conhecimento científico elaborado (PIMENTA, ANASTASIOU e CAVALLET, 2003, p.271, APUD FRANCO, 2010).

Conforme Cunha (1998) apud Morosini (2001), além disso, as novas tecnologias da informação, a generalização dos meios de comunicação de massa, a instabilidade do mercado de trabalho e a indecisão sobre as necessidades que estão por vir vêm abalando o trabalho do professor historicamente situado na tradicional lógica da transmissão do conhecimento. O passado, no sentido do saber acumulado, tem mais importância do que o presente e o futuro.

Nesse sentido, De Certeau apud Lemos (2004, p. 239), diz que os usuários inventam o cotidiano, como inventam conteúdos simbólicos, imprimindo seus traços nas ações do dia a dia. Sendo assim, não há lógica, mas uma dialógica complexa os objetos, seus usos e funcionalidades. Dessa forma, a apropriação da aprendizagem virtual tem duas dimensões: técnica e simbólica. A técnica representada pelo treinamento e destreza na utilização do objeto e a simbólica uma descarga subjetiva e imaginária do real. A apropriação é domínio técnico, mas também, uma forma de desvio em relação às instruções de uso.

As empresas educacionais

Conforme Meibak (2013), na perspectiva econômica, as empresas de educação representam a melhor forma de celebrar um acordo de associação, segundo fato relevante divulgado na manhã de hoje. Nesse sentido, qualquer combinação se dará mediante a incorporação de ações entre empresas que adquirem ações da outra. O mais recente exemplo, é a relação de troca entre a Kroton e a Anhanguera que será de 1,364 ações ordinárias da Kroton para cada ON da Anhanguera. Essa proporção considerou a média do preço das ações das companhias ponderada pelo volume financeiro dos últimos 30 pregões.

Após a operação, o controle das empresas será mantido disperso, e as ações da companhia combinada pertencerão aos acionistas da Anhanguera (42,52%) e da Kroton (57,48%). Para a incorporação, serão emitidas 198,8 milhões de novas ações da Kroton. A nova empresa

seguirá listada no novo mercado da BM&F/Bovespa, e a expectativa das empresas é que a associação resulte em uma companhia com elevado nível de liquidez.

O conselho de administração ficará com 13 membros, sendo que Gabriel Mário Rodrigues será eleito presidente do colegiado e Ricardo Leonel Scavazza será indicado como membro. Rodrigues é hoje o presidente do conselho da Anhanguera e Scavazza é o presidente-executivo da empresa.

O comando da nova companhia ficará com o atual presidente da Kroton, Rodrigo Calvo Galindo. Ele será eleito presidente-executivo da empresa resultante da associação. Os investidores que discordarem da operação, que sejam titulares de ações no dia 23 de abril e que mantenham suas ações até a data do exercício do direito de recesso, poderão retirar-se das companhias, mediante o reembolso de suas ações pelo valor patrimonial contábil.

As companhias tiveram, conjuntamente, R\$ 4,3 bilhões de receita bruta em 2012 e possuem mais de 800 unidades de ensino superior e 810 escolas associadas distribuídas por todos os Estados brasileiros. O valor de mercado das companhias é próximo de R\$ 12 bilhões.

O valor de mercado, de certa forma, depende da relação entre os gastos com os alunos e a qualidade. Nesse sentido, Barbosa Filho e Pessoa (2011) avaliam que existe independência entre gasto por aluno e qualidade e que isso ocorre devido principalmente a dois fatores. O primeiro é de que a qualidade da educação depende de gastos apenas em um nível mínimo básico relacionado à infraestrutura, citando, inclusive, a rede americana como exemplo. O segundo motivo diz respeito às características da gestão dos recursos destinado a educação, que atualmente não tem incentivos corretos nem eficiência administrativa. Por isso, propõe que a melhora da qualidade da educação no Brasil passe por uma melhora na gestão escolar e dos incentivos. Outro aspecto apontado pelo referido autor é a qualidade da educação dos pais e, principalmente, a escolaridade média dos pais de todos os alunos de uma escola (e não apenas de uma mãe isoladamente). Assim, a adoção de programas sociais voltados para a educação no ambiente doméstico escolar tem potencial para melhoria da qualidade das escolas em geral, em especial das escolas públicas.

No âmbito internacional, a McKinsey (2009) analisando como os sistemas escolares de Melhor desempenho do mundo chegaram ao topo apresentou quatro aspectos fundamentais para a qualidade do ensino:

- “A qualidade de um sistema educacional está diretamente relacionada à qualidade dos professores.”
- “A única maneira de melhorar os resultados é melhorar a formação de professores.”
- “Alto desempenho significa que todas as crianças e cada uma delas devem ser bem sucedidas.”
- “Toda escola precisa de um grande diretor e toda a rede precisa de bons dirigentes e boa gestão.”

Procedimentos metodológicos

Segundo Moura (2005), método científico é o instrumento cognitivo da metodologia científica e metodologia científica é o estudo dos métodos de conhecer, então em um sentido mais estrito. A metodologia científica torna-se, então, o estudo dos procedimentos e técnicas da investigação e trabalho científicos, conjunto de definições, procedimentos, rotinas, métodos e técnicas utilizados para a obtenção e apresentação das informações desejadas.

Para este estudo foi utilizada a abordagem qualitativa que, segundo Goldenberg (1999), não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa se opõem ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Segundo Gil (2007), o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento: a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) seleção, análise e interpretação dos dados; d) elaboração do relatório.

Tipo de pesquisa

Segundo Severino (2007), na pesquisa de campo o objeto é abordado em seu meio ambiente próprio. A coleta de dados é feita projeto de levantamento dá uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, atitudes ou opiniões de uma população ao estudar uma amostra dela. A partir dos resultados da amostragem, o pesquisador generaliza ou faz alegações acerca da população.

População e Amostra

Os sujeitos de pesquisa são os gestores acadêmicos do nível estratégico que concebem a estrutura acadêmica da educação superior. Devido a impossibilidade de encontrar todos os gestores, houve necessidade de incluir os coordenadores de curso, porquanto os mesmos definem regras e estabelecem metas e objetivos das empresas educacionais.

Para o estudo, foram obtidas amostras de 100 gestores selecionados aleatoriamente entre aqueles que realizam a gestão das empresas educacionais, inclusive no nível de coordenação de curso. Com a amostra apresentada, foi possível trabalhar com 68% de confiança.

A população foi escolhida dentre as IES filiadas ao CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) que congrega por seus reitores as universidades brasileiras filiadas no Distrito Federal.

Coleta de Dados

Os dados foram coletados por meio de questionários que contiveram 8 itens do tipo Likert (escala que mostra concordância ou discordância dos respondentes e mede o grau em que as pessoas concordam com ou discordam de uma declaração), baseados em uma escala que vai de “concordo” até “concordo fortemente”.

Instrumentos de Pesquisa

Todas as informações usadas na análise foram obtidas dos dados do questionário para o qual foram desenvolvidas perguntas que fossem ao encontro ao caráter heterogêneo da unidade temática. Enquanto instrumento de pesquisa e coleta de dados, garantiu visibilidade externa e interna dos dados coletados.

Antes de serem aplicados, os questionários foram desenvolvidos e testados em outra instituição. Inicialmente, o questionário foi enviado aos respondentes por meio da ferramenta GOOGLE® DOCS, após alteração em seu formato para adequação ao envio por e-mail para 132 gestores. Nenhum questionário foi respondido pelo meio digital. No entanto, houve retorno de 100 questionários que foram entregues pessoalmente aos gestores.

Para coleta de dados primários na fase da pesquisa de campo, optou-se pela utilização do questionário como instrumento de coleta de dados. Segundo Gil (1999) quando as questões são apresentadas oralmente por um pesquisador, podem ser denominado como questionários aplicados com entrevista ou formulários. Neste caso, com perguntas tipo Likert.

Utilizou-se uma amostra de 100 indivíduos e como definição do tamanho da amostra utilizou-se o nível de confiabilidade de 68% e um erro de 0,5% calculado por meio da seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z_{\alpha/2}^2 \cdot 0,25}{E^2}$$

n = nº indivíduos da amostra

Z_{α/2} = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado.

0,25 = Estimativa de proporção populacional (p.q)

E = Margem de erro ou ERRO MÁXIMO DE ESTIMATIVA. Identifica a diferença máxima entre a PROPORÇÃO AMOSTRAL e a verdadeira PROPORÇÃO POPULACIONAL.

Sendo:

n = 100

$$Z_{\alpha/2} = 1,00 \text{ (68\%)}$$

$$E = \quad + \text{ ou } - 0,05$$

Na aplicação dos formulários, os respondentes leram as afirmações e emitiram a sua opinião quanto a sua concordância, discordância, acreditação ou não. Em seguida, foi utilizada a escala Likert para estruturar as respostas, sendo:

Tabela 1 – Escala Likert

<i>Respostas</i>		<i>Pontos</i>
Concordo fortemente	Acredito fortemente	1
Concordo	Acredito	0,75
Sem opinião	Sem opinião	0,00
Discordo	Não acredita	0,50
Discordo fortemente	Não acredita fortemente	0,25

Análise de dados

Flick (2009, p. 133) afirma que a análise dos dados de pesquisa pode ser efetuada por meio da triangulação que é representada pela codificação e categorização combinada entre os dados qualitativos e a análise quantitativa de dados padronizados.

A partir dessa triangulação, os resultados foram mensurados de forma a permitir a análise do conceito de qualidade da educação superior, a partir da percepção dos gestores das Instituições de Educação Superior e dos coordenadores de curso, além de estabelecer as características apresentadas pelas IES em relação ao mercado educacional.

Resultados

Os resultados consideraram a adoção de um levantamento descritivo numérico de tendências da amostra da população estudada. A partir dos resultados da amostragem, foram feitas generalizações acerca das respostas surgidas e o estabelecimento de relações entre essas, utilizando técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 1999).

Com os formulários devidamente criticados e codificados, ocorreu a fase de tabulação das respostas, a fim de que fosse possível a sua análise. Nesta etapa, os dados coletados foram tratados de forma qualitativa, ou seja, com interpretação dos dados coletados. Durante esta fase de análise, foram utilizadas linhas de tendência, a fim de permitir reflexões sobre os principais objetivos do estudo.

Segundo Microsoft (2014), as linhas de tendência são usadas para exibir graficamente tendências em dados e analisar problemas de previsão. Esta análise também é chamada de análise de regressão. Usando a análise de regressão, você pode estender uma linha de tendência em um gráfico além dos dados reais para prever valores futuros.

Você concorda que a qualidade para a educação superior está vinculada à regulação e supervisão de seu processo pedagógico?

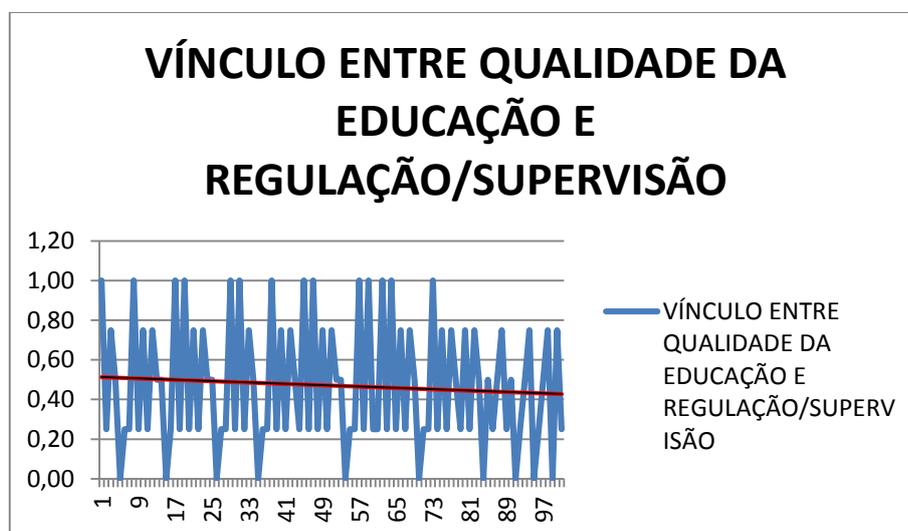


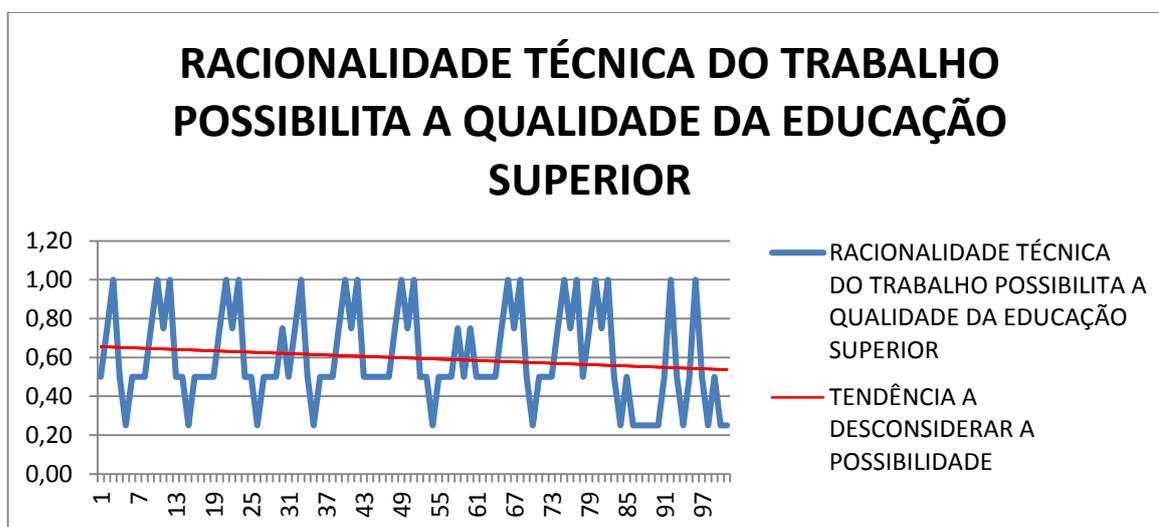
Fig. 1 – Qualidade da educação e supervisão

Sobre o vínculo entre a qualidade da educação superior e a regulação e supervisão, o gráfico aponta que há uma tendência a discordar da dependência da qualidade da educação a um processo de regulação e supervisão do órgão governamental. Sob a perspectiva de que há outras variáveis a serem tratadas, permite-se pensar que a qualidade emerge de uma única variável constituinte do processo educacional. :

Para medir a qualidade dos cursos de graduação no país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC) utilizam o ÍNDICE GERAL DE CURSOS (IGC), divulgado uma vez por ano, logo após a publicação dos resultados do ENADE. O IGC usa como base uma média dos conceitos de curso de graduação da instituição, ponderada a partir do número de matrículas, mais notas de pós-graduação de cada instituição de ensino superior.

A outra visão do processo regulatório direciona a qualidade para o cumprimento de leis e regulamentos, o que não significa dizer que foi realizado um processo de qualificação da educação superior. Cumpridos os requisitos legais, ainda que divergentes da realidade educacional considera-se finalizado o processo de regulação e supervisão da IES.

Você considera que uma mentalidade relacionada à **racionalidade técnica do trabalho acadêmico** possibilita o **desenvolvimento da qualidade da educação superior**?



Com relação ao vínculo entre a racionalidade técnica do trabalho e a qualidade da educação superior, o gráfico aponta a tendência a desconsiderar esta possibilidade. De forma geral, a qualidade da educação superior é um processo compreendido por vários subprocessos que não depende, somente, da racionalidade técnica. Sendo assim, a qualidade é o final da questão e não o caminho a ser percorrido.

Nesse sentido, Brito (2008, p. 206) destaca que a administração da educação começou a ser integrada a racionalidade da gestão de uma empresa de forma a estabelecer critérios que visavam aproximar a gestão da educação à gestão do capital, tais como: operabilidade, segurança, durabilidade, oferta de serviços e outros, que podem ser elencados como atributos de “qualidade”, para tornar-se um bem ou serviço plenamente adequado ao uso para o qual foi concebido.

Os critérios adotados pela racionalidade da gestão, aqui entendidos como forma de administrar o capital, estão longe de ser condição *sine-qua-non* para dotar a educação de uma qualidade superior, tendo em vista que o maior atributo educacional é a possibilidade de pensar e repensar processos e não de reproduzir ideias. Neste caso, o que parece ser não pode ser melhor daquilo que existe como essência educacional.

Você acredita que a qualidade do trabalho acadêmico está relacionada à racionalidade técnica da educação superior?

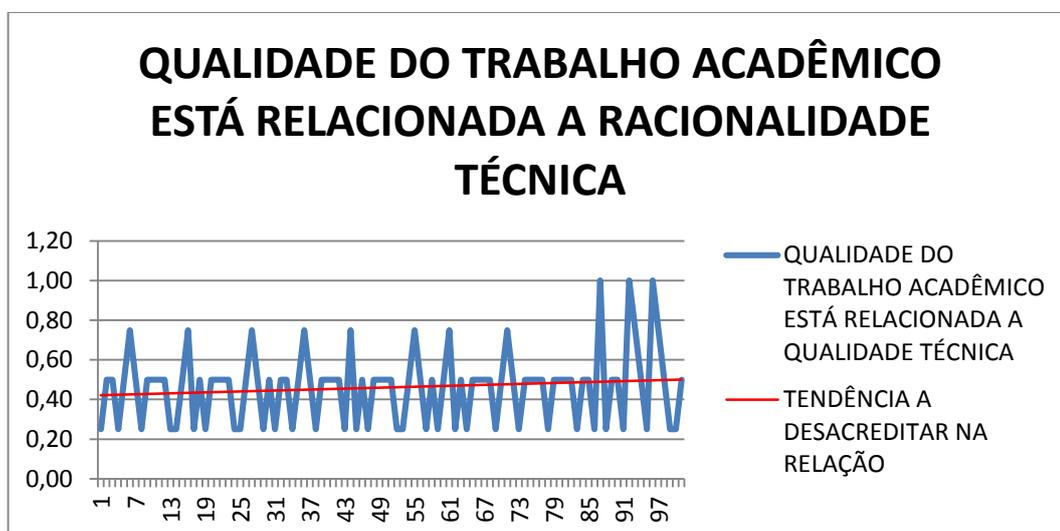


Fig. 3 – Qualidade do trabalho acadêmico/Racionalidade técnica

Na relação entre a qualidade do trabalho acadêmico e a racionalidade técnica, o gráfico indica que há tendência a desacreditar na relação. Sendo um dos componentes do trabalho acadêmico, a técnica para desempenhar atividades na educação superior é parte indispensável de um processo que não se desvincula da realidade. A qualidade acadêmica não prescinde da racionalidade na medida do seu conhecimento científico, mas não está a esta subordinada, mesmo porque a docência universitária há muito tempo, depende de conhecimentos integradores e integrados pela experiência e não apenas pelo conhecimento dos livros.

O aperfeiçoamento da docência universitária exige, pois, uma integração de saberes complementares. Diante de novos desafios da docência, o domínio restrito de uma área científica do conhecimento não é suficiente. O professor deve também desenvolver um saber pedagógico e um saber político. Este possibilita ao docente, pela ação educativa, a construção de consciência numa sociedade globalizada, complexa e contraditória. Conscientes, discentes e docentes fazem-se sujeitos da educação. O saber-fazer pedagógico por sua vez, possibilita ao educando a apreensão e a contextualização do conhecimento científico elaborado (PIMENTA, ANASTASIOU e CAVALLET, 2003, p.271, APUD FRANCO, 2010).

A racionalidade acadêmica, ao longo do último século, teve sua estrutura reformada pelas descobertas da relatividade e do domínio quântico. Enquanto teorias científicas foram configuradas estruturas reais nos experimentos mentais de cientistas que se recusaram a reproduzir conhecimento. Diante desse exemplo, é inimaginável outorgar ao trabalho acadêmico uma qualidade organizada e racional, mas, faz todo sentido que seja uma experiência acadêmica extensa, dialética e impregnada do contexto em que subsiste.

Você concorda que a Organização do Trabalho Pedagógico é uma temática a ser debatida nas empresas educacionais?

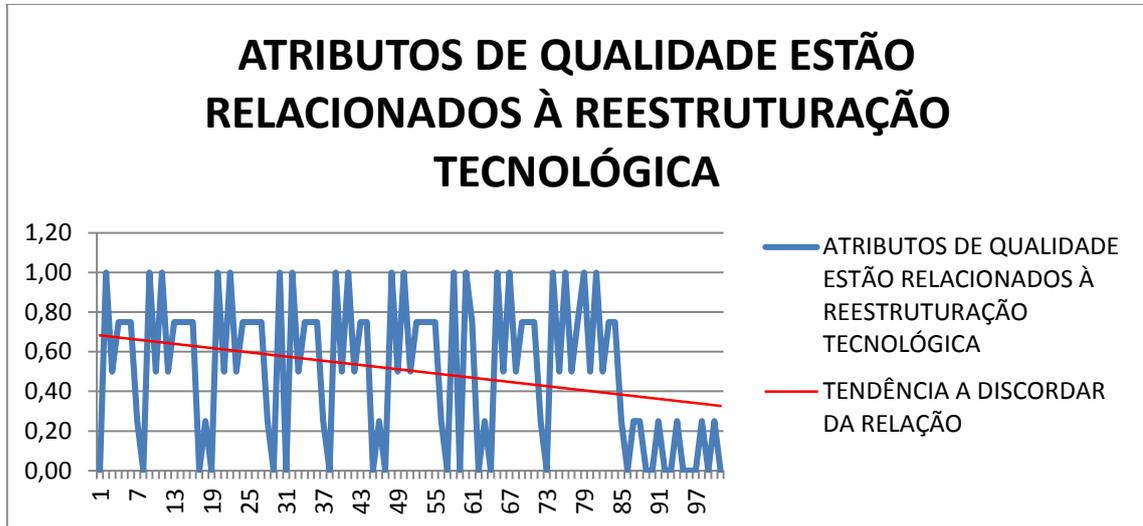


Na possibilidade de debate sobre a Organização do Trabalho Pedagógico nas empresas educacionais, o gráfico indica que há tendência a discordar do debate. Se o processo de organização do trabalho pedagógico depende de competência pedagógica e da extensão do conhecimento, tais atributos só serviriam para desmontar o processo racional de organização das empresas.

Desta forma, o professor universitário precisa ser um profissional reflexivo, com competência pedagógica, aberto ao diálogo para novos conhecimentos e um pesquisador permanente com formação continuada. Conforme Altet (2001, p. 26), “o professor é um profissional da aprendizagem, da gestão de condições de aprendizagem e da regulação interativa em sala de aula”.

No entanto, a tendência das empresas educacionais em discordar do debate que envolva a Organização do Trabalho Pedagógico, não deve ser entendida como uma ação arbitrária, mas compreendida no âmbito do poder de realizar a gestão da empresa, sob a perspectiva econômica. Dessa forma, qualquer tentativa de se colocar o professor (gestor da sala de aula) no mesmo patamar do nível estratégico das organizações implicaria em oferecer um status político-econômico ao docente que exerce ações entre o nível tático e operacional das organizações. De fato, representaria uma mudança na conjuntura política da organização.

Você concorda que os atributos de qualidade das empresas educacionais estão relacionados à reestruturação tecnológica?

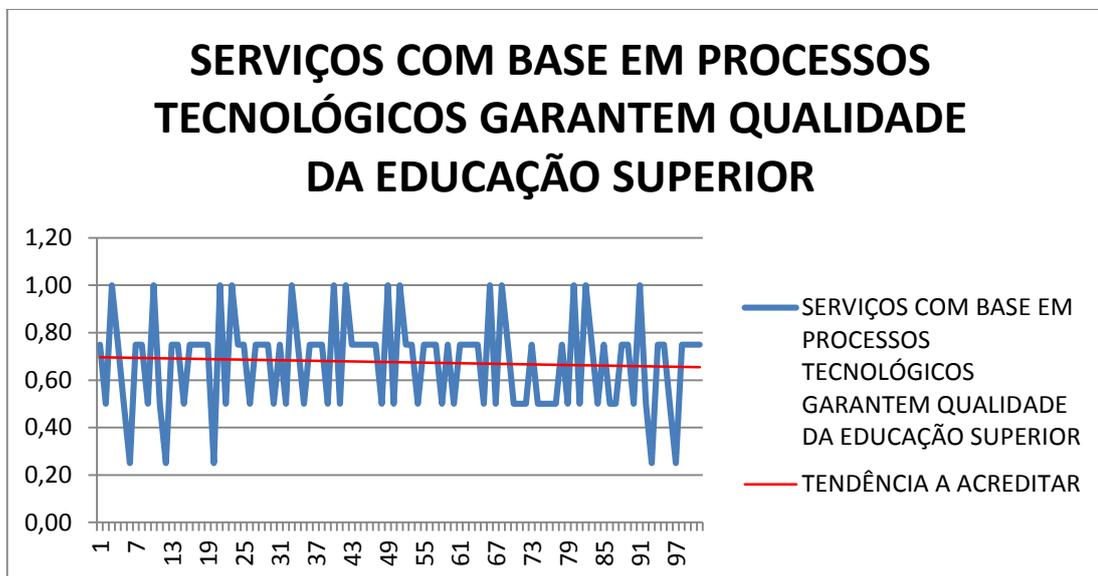


No que se refere à relação entre os atributos de qualidade e reestruturação tecnológica, existe tendência a discordar dessa relação. Nesse caso, faz sentido que as empresas indiquem que há gastos com a manutenção da estrutura física, com a folha de pessoal e com outras formas de manter a estrutura em funcionamento, porque o processo de ensino depende, em tese, somente desses atributos e a reestruturação tecnológica seria apenas um componente da estrutura de gastos. Uma falácia.

Foi exatamente para se conseguir a sobrevivência das empresas que as mesmas começaram a implantar um sistema de Gestão da Qualidade. Assim, para Moller (1993, p. 17), “O futuro de uma empresa ou organização depende dela conseguir satisfazer os requisitos de qualidade do mundo exterior. Ela precisa produzir e entregar bens e serviços que satisfaçam às exigências e expectativas de clientes e usuários”.

A disseminação do aparato tecnológico não se confunde com qualidade do ensino ou disponibilidade de ferramenta moderna, é construída numa perspectiva de maximização do processo laboral, diminuição de gastos e maximização do lucro.

Acredita que a oferta de serviços com base em processos tecnológicos garante a qualidade da educação superior?

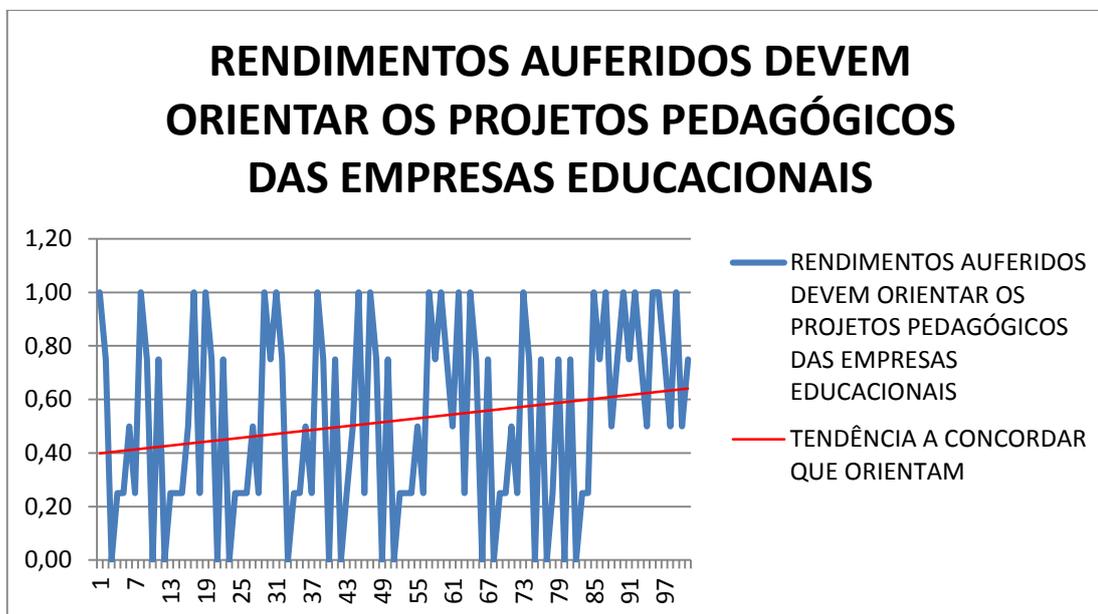


Com relação ao vínculo entre a oferta de serviços com base em processos tecnológicos para garantir qualidade da educação superior, o gráfico aponta que há tendência a acreditar. Com a demanda exacerbada de tecnologias interativas que são produzidas para atender os mercados que competem por fatias específicas, é claro, a educação superior não ficaria fora desse espaço. Enquanto empresas educacionais, não têm interesse em ofertar qualidade, mas serviços.

Segundo Pasqualini *et al.* (2013), a competitividade, por sua vez, representa possuir tecnologia superior, custos menores, maior produtividade que os concorrentes e o que hoje em dia está garantindo a sobrevivência das empresas, ou seja, o rápido aprendizado. As vantagens de custo oscilam com os mercados, a tecnologia encontra-se em constante mudança e a organização que aprende rapidamente poderá administrar melhor essas mudanças. Por isso, não se trata de garantir a sobrevivência da empresa sem manter em seus quadros uma equipe que saiba montar e operar um sistema. Trata-se da possibilidade real de ter pessoal com *expertise* que projete um produto que conquiste a preferência do consumidor a um custo inferior ao de seu concorrente.

A organização que aprende é aquela que investe em tecnologia para atender mercado consumidor. Não se trata de ofertar serviços de qualidade, mas serviços que sejam disponibilizados nos limites dos planejamentos anuais e das metas de produtividade. Neste caso, a preocupação vincula-se ao produto e não ao consumidor.

Você concorda que os rendimentos auferidos em operações financeiras da bolsa de valores devem orientar economicamente os Projetos Pedagógicos Institucionais das empresas educacionais?



Com relação ao vínculo entre rendimentos auferidos na bolsa e projetos pedagógicos, a tendência é concordar que orientem os projetos pedagógicos dos cursos. Os rendimentos são divididos entre os acionistas e, por isso, devem ser orientados com planejamentos “enxutos” que possam atender o aporte financeiro, na mesma medida em que retorna os investimentos. Os projetos pedagógicos precisam ser direcionados para a utilização das novas tecnologias.

Segundo Sampaio (2013), capitaneada pelo setor privado, a oferta de cursos de graduação a distância também cresce em ritmo acelerado, considerando que essa modalidade instalou-se no Brasil apenas em 2000. Em 2008, do total de 727.961 matrículas nessa modalidade de ensino, o setor privado respondia por pouco mais de 60%. Certamente isso não aconteceria sem o avanço das novas tecnologias da informação e comunicação, mas também não teria atingido tais cifras se o setor privado não liderasse a inovação. Para o setor privado, a oferta de graduação a distância significa redução de custos. De fato, hoje, o valor das mensalidades de uma graduação a distância varia de R\$ 140 a R\$ 550.

De fato, não faria sentido em investir nas empresas educacionais se os gestores não pudessem reproduzir o capital empregado com um modelo diferenciado de gestão privada. E, a única forma de contemplar os acionistas com seus rendimentos é procurar estratégias educacionais que possam garantir retorno líquido do capital, principalmente participando diretamente da reorientação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores.

Considerações finais

Este estudo abordou o tema “Onde está a qualidade da educação superior? Um debate sobre a racionalidade técnica e a organização do trabalho pedagógico das empresas educacionais” e, no curso de sua pesquisa, procurou estabelecer uma relação entre o sentido educativo da racionalidade técnica do trabalho acadêmico e a qualidade da educação superior das empresas educacionais.

Como questões de estudo apresentaram-se: Como os gestores de serviços educacionais oferecem qualidade ao processo educacional? Por que a racionalidade técnica do trabalho é considerada a forma com a qual se obtém a qualidade da educação? O que significa qualidade da educação superior?

Sobre a primeira questão de pesquisa, os gestores de serviços educacionais oferecem qualidade ao processo educacional, na medida em que investem em tecnologia para atender mercado consumidor. Não se trata de ofertar serviços de qualidade, mas serviços que sejam disponibilizados nos limites dos planejamentos anuais e das metas de produtividade. Neste caso, a preocupação vincula-se ao produto e não ao consumidor.

Sobre a segunda questão, a racionalidade técnica do trabalho é considerada a forma com a qual se obtém a qualidade da educação não se confirmou porque, ao longo do último século, teve sua estrutura reformada pelas descobertas da relatividade e do domínio quântico. Enquanto teoria científica, esta racionalidade foi estruturada nos experimentos mentais de cientistas que se recusaram a reproduzir conhecimento. Diante desse exemplo, é inimaginável outorgar ao trabalho acadêmico uma racionalidade técnica, mas, faz todo sentido que seja uma experiência acadêmica extensa, dialética e impregnada do contexto em que subsiste.

Sobre a terceira questão, a qualidade da educação superior representa a possibilidade de pensar e repensar processos e não de reproduzir ideias, é importante pensar que de Melhor desempenho do mundo chegaram ao topo apresentou quatro aspectos fundamentais para a qualidade do ensino: a) a qualidade de um sistema educacional está diretamente relacionada à qualidade dos professores, b) a única maneira de melhorar os resultados é melhorar a formação de professores. c) Alto desempenho significa que todos e cada um devem ser bem sucedidos. d) as instituições precisam de um grande diretor e toda a rede precisa de bons dirigentes e boa gestão.

Com relação aos objetivos do estudo, identificou-se que a racionalidade técnica impossibilita ações que venham emprestar qualidade a educação superior, não obstante a necessidade de planejar, organizar e avaliar as ações técnico-acadêmicas em sala de aula, situações distintas e que não se confundem na estrutura das empresas educacionais.

Por outro lado, verificou-se que a organização do trabalho pedagógico nas empresas educacionais está diretamente relacionada aos interesses organizacionais (metas, lucros, produtividade) na medida em que não são apenas instituições educacionais mas empresas educacionais. Nesse sentido, as pesquisas evidenciam que a tendência a discordar do debate sobre a Organização do Trabalho Pedagógico representa a forma como a empresa posiciona a educação no seu plano de negócios.

No que se refere à relação entre o valor de mercado e a constituição de seus projetos pedagógicos, não faria sentido em investir nas empresas educacionais se os gestores não pudessem reproduzir o capital empregado com um modelo diferenciado de gestão privada. E, a única forma de contemplar os acionistas com seus rendimentos é procurar estratégias educacionais que possam garantir retorno líquido do capital, principalmente participando diretamente da reorientação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores.

Nesse sentido, a pesquisa propôs o entendimento da expansão da educação superior. Se, por um lado, é uma atividade educativa, por outro lado, não pode ser uma ação que conceba lucro, somente, mas que permita garantir processos educacionais que garantam as condições necessárias para uma educação de qualidade que está centrada na atuação docente e nas ações de gestão do processo acadêmico que o mesmo empreende. A qualidade de um sistema educacional não prescinde de professores, mas precisa de

Referências

ALTET, Marguerite. As competências do professor profissional: entre conhecimentos, esquemas de ação e adaptação, saber analisar. In: PAQUAY, Léopold et al (orgs). **Formando Professores profissionais: Quais estratégias? Quais competências?** 2. ed. Porto Alegre; Artmed, 2001.

BARBALHO, Maria Goretti Cabral. A educação superior: tendências e estratégias de expansão na América Latina e no Brasil. In: NETO, Antonio Cabral. **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada.** – Brasília: Liber Livro, 2007.

BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. Metas de educação para a próxima década. In:

2022: propostas para um Brasil melhor no ano do bicentenário. 1 ed. Elsevier Editora. Disponível em: < <http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10005548.pdf>> e acesso em: 19 nov. 2013.

BRASIL. **Sistema Educacional. Ensino Superior.** Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/sobre/educacao/sistema-educacional/ensino-superior>>. Acesso em: 24 maio 2013.

BRITTO, L. P. L.; SILVA, E.O.; CASTILHO, K.C.; ABREU, T.M. **Conhecimento e Formação nas IES Periféricas perfil do aluno “novo” da Educação Superior.** *Avaliação.* V. 13 (3), 2008, 777-791. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/08.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2013.

BRITO, Lydia Maria Pinto. **Gestão de competências, Gestão do conhecimento e organizações de aprendizagem: instrumentos de apropriação pelo capital do saber do trabalhador.** Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPel, Pelotas [31]: 203 - 225, julho/dezembro 2008.

CAMPOS, Vicente Falconi. **Controle da qualidade total no estilo japonês.** 8. ed. Belo Horizonte: Desenvolvimento Gerencial, 1999.

CUNHA, Maria Isabel da. **Ensino como mediação da formação do professor universitário**. In: MOROSINI, Marília Costa (org.) *Professor do ensino superior: identidade, docência e formação*. – Brasília: Plano, 2001.

DE CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. – Petrópolis: Vozes, 1996. In: LEMOS, André. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. – Porto Alegre: Sulina, 2004.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. - São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

GONTIJO, Simone Braz Ferreira. **A racionalidade técnica do trabalho do professor da educação superior e sua interface com o ENADE**. Disponível em: <[http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paralela_6/Gontijo_Simone%20\(Brasilia\).pdf](http://aforges.org/conferencia2/docs_documentos/Paralela_6/Gontijo_Simone%20(Brasilia).pdf)> Acesso em: 26 maio 2013.

GONZALEZ, M. *Fundamentos da tutoria em Educação a Distância*. – São Paulo: Avercamp, 2005. In: BORBA, Marcelo de Carvalho; MALHEIROS, Ana Paula dos Santos; ZULATTO, Rúbia Barcelos Amaral. **Educação à distância on line**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

KERLINGER, Fred Nichols. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. – São Paulo: EPU, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2000.

MCKINSEY, 2009. **Como os Sistemas Escolares de Melhor Desempenho do Mundo Chegaram ao Topo**. Disponível em: <http://www.mckinsey.com/locations/UK_Ireland/~media/Reports/UKI/Education_report.ashx> e acesso em 12 de out. 2013.

MEIBAK, Daniela. **Kroton e Anhanguera Educacional anunciam fusão**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3095112/kroton-e-anhanguera-educacional-anunciam-fusao#ixzz2oFq8xbRK>> e acesso em: 22 abr. 2013.

MICROSOFT. **Linhas de tendência em gráficos**. Disponível em: <<http://office.microsoft.com/pt-br/help/linhas-de-tendencia-em-graficos-HP005208865.aspx>> e acesso em: 5 jan. 2014.

MOLLER, Claus. **O lado humano da qualidade**. São Paulo: Pioneira, 1993.

MONTEIRO, L. A. dos S.; ZANELLI, J. C. **Aposentadoria docente e qualidade na pós-graduação**. In: COLOSSI, Nelson; SILVEIRA, Amélia; SOUSA, Cláudia Gonçalves de. (org.). *Administração*

universitária: estudos brasileiros. Florianópolis: UFSC, 1998.

MOURA, Gercinaldo. **Metodologia Científica em conceito e método**. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=356:metodologia-cientifica-em-conceito-e-metodo&catid=75:108&Itemid=21>. Acesso em: 15 maio 2013.

NETO, Antonio Cabral. **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada**. – Brasília: Liber Livro, 2007.

PASQUALINI, Andreia et al. (org). **Gestão da qualidade em empresas prestadoras de serviços educacionais como diferencial competitivo**. Disponível em:<<http://www.administradores.com.br/producao-academica/gestao-da-qualidade-em-empresas-prestadoras-de-servicos-educacionais-como-diferencial-competitivo/3473/download/>> e acesso em: 10 jun. 2013.

PIMENTA, S. G., ANASTASIOU, L. G. C e CAVALLET, V. J. **Docência do ensino superior: construindo caminhos**. Formação de educadores – desafios e perspectivas. São Paulo, UNESP Editora, 2003. In: FRANCO, Alexandre de Paula. Organização do Trabalho Pedagógico. Revista de *Formación e Innovación* Educativa Universitária. Vol. 3, Nº 1, 21-32 (2010) 25

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. -São Paulo: Atlas, 2002.

SAMPAIO, Helena. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**. Disponível em:<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed04_outubro2011/05_ARTIGO_PRINCIPAL.pdf> e acesso em: 19 nov. 2013.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23ª ed. rev. atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Margarida Montejano; DE SORDI, Mara Regina Lemes. A organização do trabalho pedagógico: limites e possibilidades do curso de pedagogia. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT08-2334--Int.pdf>> e acesso em: 14 out. 2013.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. São Paulo: Brasiliense, 2003.